EGON SCHADEN
(1913-1991)

LUIZ DE CASTRO FARIA
Museu Nacional, UFRJ

"Momento inaugural da antropologia em São Paulo" é a designação precisa e feliz que Antonio Candido (Prefácio aos *Ensaios de Antropologia Indígena e Caiçara*, de Gioconda Mussolini, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980) emprega para se referir ao tempo da ação pedagógica e da produção intelectual de Gioconda Mussolini.

Egon Schaden foi na realidade o epônimo desse período, uma vez que Emílio Willems, ao deixar o Brasil (1949), abriu caminho para a ascensão dos membros mais destacados do quadro profissional então já formado. O próprio Antonio Candido fazia parte desse quadro, cuja identificação nos é oferecida por Donald Pierson e Mário Wagner Vieira da Cunha no levantamento que fizeram sobre "Pesquisas e possibilidades de Pesquisa no Brasil" (*Sociologia* 9 [3], 9 [4] e 10 [1], 1947 e 1948):

> Na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde também trabalha o Professor Emílio Willems, há um grupo de jovens estudiosos que se interessam cada vez mais pelas culturas brasileiras, especialmente Egon Schaden, Gioconda Mussolini, Florestan Fernandes, Lucila Hermann, Jürn Philipson, Carlos Drumond, Lavínia Vilela, Nice Lecocq Müller, Antonio Candido e Gilda de Melo, todos antigos alunos desta Faculdade e, na sua maioria, também da Escola Livre de Sociologia e Política (9 [3]: 255, 1947).

Os autores completam a referência à FFCL da USP com a menção dos professores Roger Bastide, Pierre Monbeig e Plinio Ayrosa, e seus "interesses de pesquisa".

Anuário Antropológico/91
Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993

Essas informações são preciosas não só pela nominata, como pelo registro da dupla vinculação institucional do grupo. O momento do registro — 1947 — data da publicação, e pelo menos o ano anterior, período da elaboração do texto, que teve a sua primeira versão publicada no volume 5 (1) correspondente a janeiro-março da *Acta Americana*, é por sua vez de extrema importância como marco da história do ensino universitário de antropologia, as suas subdivisões e os seus pesos diferenciados no seio da academia.

É lamentável que essa história, pelo menos na parte relativa a São Paulo, tenha que ser construída com dados dispersos e deslembrados, tarefa penosa, mas indispensável, e que parece destinada a ser produzida por alguém com distanciamento intelectual e institucional desse grupo.

Os dois atores mais importantes pelo posicionamento na academia em um mesmo tempo escolar por alguns anos, com os delicados problemas de hierarquia, ascensão e sucessão, não contribuíram com dados das suas experiências pessoais para a reconstituição dessa história.

Emílio Willems é deliberadamente omisso no seu depoimento. No texto sobre os "Dezoito anos no Brasil — Resumo de Atividades Didáticas e Cientifícas", publicado por Mariza Corrêa (*História da Antropologia no Brasil. 1930-1960*), exibe a sua decisão: "Não quero mencionar aqui as várias causas que determinaram a minha transmigração para os Estados Unidos". De fato, além do rol dos seus trabalhos e de informações sobre o seu percurso no Brasil, nada ofefece em termos de questionamento de problemas de natureza relacional, seja com a academia como instituição, seja com os seus pares, no campo da produção intelectual.

Egon Schaden também é lacônico ou deliberadamente omisso, com relação a dados dessa natureza. É sobre ele, no entanto, que vamos escrever, e, para que a sua figura e a sua produção adquiram o relevo e o significado merecidos, será necessário iluminar os desvãos daquele "momento inaugural", referido por Antonio Candido. Tentaremos conseguir isso um pouco adiante.

Egon Schaden informa que nasceu no dia 4 de julho de 1913, na localidade de São Bonifácio, município de Palhoça, Estado de Santa Catarina; que fez os cursos primário e complementar na escola pública de sua localidade natal (1920-1924); que fez o curso secundário no Ginásio Catarinense,

de Florianopólis (1928-1932). No seu memorial para o concurso de cátedra, nada sobre a filiação, sobre São Bonifácio, nem sobre a sua passagem pelo Ginásio Catarinense, um internato dos padre jesuítas que acolhia estudantes de todas as regiões do Estado, e sobre eles exercia de forma envolvente a sua padagogia.

No ano seguinte ao da conclusão do curso secundário, já estava em São Paulo, cursando, "como aluno regular aprovado no exame final em todas as cadeiras", a Faculdade de Letras e Filosofia (1933-1934). Nada informa sobre a instituição, as cadeiras do seu currículo, ou sobre o valor prático ou simplesmente decorativo do seu diploma. O certo é que, desde a sua chegada a São Paulo e pelo menos no decorrer dos quinze anos seguintes, dedicou grande parte do seu tempo ao ensino ginasial e colegial, provavelmente a principal fonte de renda.

Seu pai, Francisco S.G. Schaden, sobre o qual, ao que parece, nunca escreveu, foi mestre-escola e escritor relativamente fecundo, com publicações sobre etnografia de Santa Catarina, registrada por H. Baldus na sua *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira*. São oito títulos de artigos, uns publicados na *Revista do Arquivo Municipal*, outros na revista *Sociologia* e no *Boletim Bibliográfico*.

Só a leitura atenta do seu memorial de concurso leva à descoberta de uma breve referência ao pai. Na página 24, ao relacionar as "Publicações científicas que fundou e dirigiu", menciona "períodico semelhante [ao *Staden-Jahrbuch*, que indicara antes] editou-o em 1937, sob o título de *Pindorama*, tendo como co-diretor a seu pai, Francisco S. G. Schaden".

Não se deve desprezar o fato de que foi Francisco Schaden que forneceu a Emílio Willems dados abundantes e substanciais sobre a vila de São Bonifácio. No seu livro *Aculturação dos Alemães no Brasil* (2ª edição, São Paulo: C. Ed. Nacional, 1980 [Brasiliana, 250]), as informações a respeito da família e do trabalho familiar (: 245-246), do trabalho coletivo ou mutirão (: 255-256), do ensino (: 281), do casamento (: 311 ss.), do curandeirismo (: 360-361) foram fornecidas, por escrito, pelo pai de Egon Schaden.

Só através das informações de Francisco S.G. Schaden utilizadas por E. Willems é que se poderá compor um quadro do ambiente no qual Egon Schaden formou a sua personalidade.

São Bonifácio é descrita como "colônia de teuto-brasileiros de terceira e quarta geração" (Willems, *op. cit.*: 241), "pequena comunidade teuto-

brasileira no vale do Capivari" (: 281), "colônia teuto-brasileira fundada em 1864, homogênea e relativamente isolada até hoje" (por volta de 1942; p. 311). O ambiente familiar destacado no quadro bem definido da comunidade prolongou-se para Egon Schaden na escola, cujo mestre era o seu pai Francisco Schaden que o preparou para o ingresso no curso secundário.

A sua formação superior é completada na FFCL da USP, que cursa de 1935 a 1937, diplomando-se em Filosofia. O curso de Didática, que o habilitaria para o ensino da disciplina, só foi concluído em 1941. Nada escreveu sobre a sua vida de estudante, seus condiscípulos, ou os seus professores. É de presumir-se que a sua turma era pequena. Um dado oferecido por Edgard Carone na "Nota Explicativa" para a seleta de textos de Gioconda Mussolini, já referida, é bem esclarecedora:

> A história é curiosa: a FFCL é fundada em 1934 e se destina a dar um *background* científico à nova geração; no entanto, o número de candidatos é diminuto no 1° ano e praticamente nulo no 2°. Diante do impasse, o governo de Armando Sales Oliveira fica indeciso, até o que o Diretor do Instituto de Educação, Fernando de Azevedo, sugere que se desliguem de suas funções os professores primários que queiram fazer o curso superior, concedendo-lhes o seu salário no decorrer do tempo de estudo. O resultado é um grande número de matrículas de normalistas, de uma geração de estudiosos, em que se incluem os nomes de Gioconda Mussolini, Lucila Hermann, Mário Wagner Vieira da Cunha, Lavínia Vilela e outros (*op. cit.*: 15).

Egon Schaden e Gioconda Mussolini percorreram trajetórias escolares diferentes, mas iriam juntar-se no exercício do ensino superior da antropologia.

É o momento de se expor com clareza e objetividade como se apresentava esse ensino "nos primórdios" da FFCL da USP.

Um ano depois da sua fundação, essa faculdade já tinha uma Cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, e um catedrático, o Professor Dr. Plínio da Silva Ayrosa, que defendera tese que teve como tema *Dos Índices de Relação Determinativa de Posse no Tupi-Guarani*.

Plínio Ayrosa esteve sempre convencido da existência em todo o Brasil de um público de "eternos enamorados da língua tupi-guarani" (*Vocabulario na Lingua Brasilica*, manuscrito português-tupi do século XVII, coordenado e prefaciado por Plinio Ayrosa, São Paulo: Col. do Dept° de Cultura 20, 1938, p. 8), ao qual destinava as suas produções.

A sua cadeira, que chegou a dispor de biblioteca e de museu etnográfico, tinha na instituição um poder bem visível. Florestan Fernandes em levantamento que fez para o seu trabalho sobre as "Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil" (1956), informa a respeito de publicações (São Paulo: Ed. Anhembi, 1958: 33, nota 25):

> Só a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a cadeira de Antropologia concorre com três, a de Sociologia I com quatro e a cadeira de Etnografia e Língua Tupi-Guarani com trinta boletins de interesse etnográfico ou etnológico.

Com a participação do assistente Carlos Drumond, a cadeira, de ação ampliada pela biblioteca e o museu, tornou-se um baluarte.

Mattoso Câmara chamou de *Tupinologia* essa prática acadêmica e fez crítica fundamentada a ela. Sustentou que todos esses exercícios de "exegese dos textos missionários de literatura religiosa, dando-nos o que se pode chamar uma filologia tupi", revelou uma percepção teórica ultrapassada, que teimava em ignorar todas as conquistas da lingüística.

O importante aqui é apenas ressaltar que a FFCL da USP acolheu desde 1935 e manteve até 1963, quando a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani foi extinta, um tipo de ensino duplamente pervertido, de uma filologia tupi e de uma etnografia descritivista, das mais bisonhas (programas apreciados: 1943-1955).

Houve posteriormente uma tentativa disparatada de dar a essa tupinologia e a esse etnografismo estreito uma dimensão nacional. Hoje, transcorridos quase quarenta anos, parece que tudo não passou de um ato jocoso, poïs nunca o legal esteve tão longe do real como neste caso do ensino da língua tupi.

Lembro que o Congresso Nacional decretou e o Presidente da Républica João Café filho sancionou uma lei (nº 2.331, de 3 de setembro de 1954) que instituía em todas as faculdades de Filosofia e Letras do País a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi. E determinava ainda:

> uma vez criados os cargos, serão eles providos mediante concurso, a exemplo do que se verificou com o provimento da cadeira de Língua Tupi na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo.

Enquanto os cargos não fossem criados, estabelecida a Lei que os lugares de professor dessa dicplina seriam exercidos mediante contrato de "especialistas e estudiosos da matéria". A Lei teve o referendo do então Ministro da Educação Cândido Motta Filho, paulista de renome nacional.

Logo após a publicação da Lei, a Divisão de Ensino Superior do MEC decidiu ouvir o Museu Nacional, e, na condição de chefe da Divisão de Antropologia, redigi um parecer bastante contudente sobre a matéria. Na conferência que pronunciei em São Paulo em reunião da ABA, e que teve como título "Dez anos após a I Reunião Brasileira de Antropologia (*Revista do Museu Paulista*,Nova Série, 14: 17-37, 1963), tornei públicas as críticas a essa pretensão de *federalizar* o ensino da língua tupi.

Falta ainda descobrir quem teve a iniciativa de apresentar o projeto de lei, qual a justificativa, quem assegurou a tramitação rápida e, afinal, quem estava por trás de tudo.

No cumprimento da Lei, a Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia entendeu que o "especialista e estudioso da matéria" era o senhor Darcy Ribeiro, que foi contratado como regente da novel disciplina, e logo elaborou um programa para ela, publicado nos *Anais da II^a^ Reunião Brasileira de Antropologia* (Bahia, 1957: 349-354). O que é importante na consideração desses dados é a certeza de que só eles nos levam ao desvendamento dos conflitos entre a formação acadêmica, os interesses pessoais de pesquisa e os programas oficiais de ensino superior. A FFCL da USP foi uma criação livre, sem limitações da legislação federal, mas, a partir de 1940, quando passou a funcionar a Faculdade Nacional de Filosofia, a ideologia padronizadora do Estado Novo se fez presente em toda parte.

Nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a Cadeira de Antropologia desdobrava-se em Antropologia, Etnografia e Etnografia do Brasil. Na inquestionável concepção do momento, Antropologia, mesmo sem o uso de qualificativo, tinha por objeto o estudo da origem do homem, das variações raciais e sobretudo das suas técnicas de análise morfológica — técnicas osteométricas e somatométricas.

Quando E. Willems, que se qualificara academicamente como Livre-Docente de Sociologia Educacional (1937), estimulado por Fernando de Azevedo, é chamado a se ocupar da disciplina — e não cadeira — de Antropologia, o que ele ensina é a chamada Antropologia Física. Não foi por outra razão que publicou: "Estudo Antropométrico dos Índios Tukano,

Tariana e Maku, da Região do Alto Rio Negro", em colaboração com Ettore Biocca; estudo sobre "estatura dos índios da América do sul", em colaboração com Egon Schaden; "Contribuição para o Estudo Antropométrico dos Índios Terena", usando material colhido por Egon Schaden em 1947, quando fez trabalho de campo entre índios do Brasil meridional, segundo plano de colaboração com a Escola Livre de Sociologia e Política. O próprio Schaden publicou trabalho sobre crânios de sambaquis (*On Sambaqui Skulls*, 1951), sobre a obra de Darwin e sua importância para a antropologia, sobre as origens do homem americano.

Pela mesma razão Gioconda Mussolini enfrentou a tarefa de organizar um livro de leituras de antropologia física, publicado com o título de *Evolução, Raça e Cultura* (São Paulo: C. Ed. Nacional/EDUSP, 1969). Florestan Fernandes, diretor da série de ciências sociais da Biblioteca Universitária, escreveu para esse livro, que classifica como *antologia*, um texto introdutório muito esclarecedor. A coletânea reúne certamente uma série de textos de inovadores dos anos cincoenta, mas só foi lançada no último ano da década de sessenta, com um atraso irrecuperável. Note-se ainda que chegou num momento em que o ensino de *antropologia física* já deixara de ser obrigatório, e fora mesmo suprimido em muitas das faculdades de Filosofia, remodeladas pela reforma universitária.

Na realidade tanto E. Willems quanto Egon Schaden e Gioconda Mussolini foram vítimas de uma sujeição perversa a dispositivos legais, arbitrariamente impostos. O primeiro, formado em Ciências Econômicas, o segundo, em Filosofia, e a terceira, em Ciências Sociais, tiveram que assumir o ensino de uma disciplina para a qual não receberam nenhuma preparação. É bom lembrar que em outras instituições deu-se o contrário — os catedráticos de Antropologia da Bahia (Thales de Azevedo), do Rio de Janeiro (Arthur Ramos), do Paraná (J. Loureiro Fernandes) e de Santa Catarina (Oswaldo Cabral) eram formados em medicina, e, se lidavam bem com questões de natureza biológica, eram neófitos em ciências sociais.

De qualquer modo, é certo que os três de São Paulo fizeram o melhor possível. Os programas foram bem elaborados, e a bibliografia oferecida, ampla e bem selecionada. Incluía os melhores textos disponíveis, do clássico M. Boule (1921) a Hooton, C. Arambourg, Weindenreich, W.C. Boyd, L. Dunn, T. Dobzhanski e outros do mesmo naipe. Nos programas para 1955 (USP-FFCL, Dept° de Sociologia e Antropologia, Programas para 1955, São Paulo), além da parte de *Antropologia Física*, campo restrito da

disciplina, era oferecido também, para o 2° ano de Ciências sociais, um curso de *Antropologia Cultural*, como ênfase em "Aculturação e destribalização dos grupos indígenas do Brasil". No mesmo ano era oferecido um *Curso de Especialização* sobre "Problemas de aculturação no Brasil meridional".

Egon Schaden tinha então (1955) apenas uma assistente, Gioconda Mussolini, mas em 1958 já contava com mais duas assistentes "extra-numerárias", Eunice Todescan Ribeiro e Ruth Leite Cardoso. A disciplina decididamente rompera a limitação inicial, e assumiria a feição construída na América do Norte, desde F. Boas, de uma *Antropologia Geral*. Nesse ano (1958) foi oferecido um curso de "Introdução à Antropologia", cujo primeiro tema é exatamente "caracterização do objeto da Antropologia dos pontos de vista biológico e cultural" (USP-FFCL, Dept° de Sociologia e Antropologia, Programas para 1958). Em 1959 (*idem*, Programas para 1959) o programa é repetido, e a bibliografia oferecida é de uma amplitude inusitada: ocupa quatro páginas de tipo miúdo (: 354 a 357), e segundo uma nota "foi organizada segundo a seqüência do programa". Além da parte biológica, com pontos sobre "princípios de genética e sua aplicação ao estudo do homem", a "teoria da evolução e o problema da antropogênese", "descrição e classificação dos fósseis humanos", "formação das raças", ao todo oito pontos, contempla também a parte cultural. São sete pontos (do 9 ao 15), com a "análise antropológica do conceito de cultura", "posições metodológicas no estudo das culturas", "áreas e ciclos culturais", "cultura e civilização", "cultura e personalidade", "principais problemas antropológicos do Brasil", "o problema da antropologia aplicada". Com tal abrangência, compreende-se que a bibliografia se apresente tão volumosa e heterogênea.

Essa introdução à antropologia era completada com cursos sobre "Aculturação dos índios do Brasil", "As culturas africanas e seu papel na formação do Brasil" e ainda um curso de "Introdução à Antropologia, com destaque dos problemas de personalidade e cultura". Infelizmente os programas impressos não indicam os nomes dos professores encarregados de cada curso. Até a data considerada (1959) continuavam os quatro: Schaden, Gioconda Mussolini, Ruth Corrêa Leite Cardoso, Eunice Todescan Ribeiro Durham.

Cursos e programas de datas anteriores (a 1955) e posteriores (a 1959) deveriam ser arrolados e apreciados criticamente. O que fiz aqui é parcial e provisório; espero que alguém se encarregue de rever e completar algum

dia. Sem esse esforço, a história da antropologia no Brasil não ultrapassará os limites do episódico, do circunstancial e pitoresco.

Egon Schaden teve a sua produção intelectual quase totalmente vinculada a sua carreira acadêmica.

O doutoramento ele obteve com *A Mitologia Heróica das Tribos Indígenas do Brasil*. A primeira edição desse trabalho, com o título de *Ensaio Etno-sociológico sobre a Mitologia Heróica de Algumas Tribos Indígenas do Brasil* foi o nº 1 do *Boletim* da Cadeira de Antropologia, da FFCL-USP, 1946, com cem exemplares distribuídos. O concurso fora prestado no ano anterior, perante uma banca composta por Fernando de Azevedo, Emílio Willems, Roger Bastide, Herbert Baldus e Plínio Ayrosa. Com o mesmo título foi publicado pela revista *Sociologia* (7 [4]), num total de 400 fascículos, e mais 20 exemplares capeados, sem indicação do editor. Ao todo 520 exemplares, "tiragem tão limitada", escreveu o próprio autor, "que é praticamente inédito", e assim ficava justificado o lançamento de uma nova edição pelo MEC, na coleção "Vida Brasileira", dirigida por Simeão Leal (1959). Esta edição teria alcançado um público talvez um pouco maior, mas, tratando-se de publicação oficial, a sua distribuição permanecia ainda restrita. A não exposição à venda em livrarias tornava as publicações oficiais ofertas enviadas a pessoas distintas, nem sempre leitoras interessadas.

Ao registrar essa publicação na sua *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira* (1954), H. Baldus afirma:

> Esta substanciosa tese de doutoramento, cuja aceitação honra a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, é uma das mais importantes obras da Etnologia Brasileira moderna. É uma mina de dados magistralmente coordenados e um manancial de interessantes sugestões.

Florestan Fernandes é também elogioso. Referindo-se a essa tese, diz (*op. cit.*, 1958: 71):

> Graças à utilização do método funcionalista, as possibilidades abertas por essa alternativa foram brilhantemente aproveitadas, seja na elaboração interpretativa dos caracteres típicos diferenciais das mitologias heróicas analisadas, seja no tratamento dos caracteres comuns das mesmas, que revelaram alguma importância explicativa.

Em nota (nº 134, na mesma página) acrescenta:

> Em *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani* o mesmo método de caracterização típica foi empregado para reconstruir um sistema sócio-cultural e evidenciar a configuração cultural correspondente.

Convém confrontar essa avaliação de Florestan Fernandes com as afirmações muito claras e categóricas do próprio Schaden a respeito do seu posicionamento em matéria de metodologia:

> Não nos quisemos filiar a nenhuma escola. Por isso deixamos sempre o material falar por si, cotejando, com a maior objetividade possível, os informes relativos à mitologia com a discriminação dos diferentes aspectos da estrutura social. Nesse cotejo, recorremos às obras de antropólogos e sociólogos das mais variadas correntes, procurando aproveitar de todas elas, além dos fatos registrados , os elementos teóricos ou teorias confirmadas em repetidos contatos com o material, e afastando quaisquer especulações ousadas, afirmações dogmáticas ou meros pontos de vista (*Mitologia Heróica* ..., ed. MEC: 4-5).

Considerando-se que Schaden formou-se em Filosofia, essa rejeição de um tratamento teórico mais elaborado, em busca de superação dos limites restritos do empírico, se de um lado representa uma abdicação, de outro indica uma subordinação
deliberada e consciente aos dados das suas próprias observações, nas condições em que elas foram realizadas, e aos dados de outros observadores, que também se limitassem a registrar "*fatos*".

A bibliografia que exibe nessa "substanciosa tese de doutoramento", na expressão de H. Baldus, é realmente reveladora do seu desinteresse por "quaisquer especulações ousadas, afirmações dogmáticas ou meros pontos de vista".

A livre-docência Schaden conquistou com a tese *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*, que foi publicada pela primeira vez em 1954, no *Boletim* (nº 188) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, e nº 4 da série Antropologia. Teve uma segunda edição em 1962 (São Paulo: Difel), e ainda uma terceira em 1974 (São Paulo: EPU/EDUSP). Em nota a essa terceira edição o autor afirma que ela é "praticamente igual à primei-

ra". Há, porém, uma diferença que julgo importante indicar. Na primeira edição, a do *Boletim* da FFCL encontram-se dezesseis pranchas, com trinta fotografias. As fotos da prancha número sete são de autoria de A. Hopf; a prancha de número treze reproduz fotos do S.P.I. Nenhuma menção explícita e destacada é feita a respeito das demais fotos. Na terceira edição a diferença torna-se evidente, pois ao fim da bibliografia (: 187-190) encontra-se a seguinte nota: "Apêndice — fotografias. As fotografias aqui incluídas documentam os principais aspectos da vida cultural dos Guarani. À exceção da foto superior da página 11, todas as demais são do autor". As páginas, no entanto, não numeradas, e nem as fotografias, apenas dezoito nesta terceira edição. A primeira delas, "mãe Kaiová-Guarani (Sul de Mato Grosso)" é a mesma da prancha III da edição do *Boletim*, e a quarta, uma ampliação de foto da prancha IV, nº 2; as demais são outras fotos, todas muito boas. Schaden foi sem dúvida um bom fotógrafo, e a quantidade e a qualidade dos retratos revelam suas preocupações com os caracteres somatoscópicos e somatométricos. Basta lembrar que, no Capítulo II - "Aspecto Físico" (3ª ed.: 17-23), ele informa que: "No Paraná, colhi as medidas de 26 Mbuia, 17 homens e 9 mulheres. No Posto do Araribá, a mensuração abrangeu ao todo 25 Ñandeva, 9 homens e 16 mulheres". Já mencionei a razão pela qual Willems e ele se sentiram obrigados a exibir intimidade com a chamada Antropologia Física e suas práticas.

É pelo menos curioso que em nenhuma das edições desse trabalho seja indicado o fato dele ter servido como tese de livre-docência, num concurso que teve uma banca examinadora integrada por Eurípedes Simões de Paula, Thales de Azevedo, Mário Wagner Vieira da Cunha, Otávio da Costa Eduardo e um quinto cujo nome não foi referido no documento consultado.

O seu trabalho de campo não seguia a orientação norte americana firmada por Franz Boas e dominante na época — permanência demorada numa aldeia, o aprendizado da língua e a participação intensa no cotidiano do grupo. Ele tinha consciência das falhas do seu procedimento:

> A vantagem decorrente do número bastante grande de núcleos visitados e da freqüência dos contatos em múltiplas situações é contrabalançada, infelizmente, pela pouca duração da minha estada nos vários aldeamentos. O mais longo período de trabalho ininterrupto em uma determinada povoação foi a permanência de quatro semanas entre os índios de Dourados, em julho de 1950 (*op. cit.*, 3ª ed., Prefácio).

Na verdade eram trabalhos de pesquisa realizados em períodos de férias escolares. Além do ensino limitar o tempo de campo, a Faculdade não dava apoio financeiro. Tentei ajudá-lo. Leia-se o que está publicado em Relatório do Museu Nacional:

> Por iniciativa nossa e com recursos financeiros da Divisão de Antropologia, o Prof. Dr. Egon Schaden, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, iniciou no corrente ano o estudo etnológico da área do Xingu. Pelo contrato de trabalho com o eminente antropólogo, Museu Nacional receberá para publicação nos seus periódicos um largo ensaio já em elaboração sobre as tribos indígenas do Xingu (*Museu Nacional — Relatório Anual, 1957.* Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil, 1958: 56).

Nada veio a ser remetido para publicação.

No seu memorial para o concurso de cátedra, Schaden registra:

> 1957 — Durante o mês de julho esteve entre os índios Kamayurá, Aweti, Meináku e Yawalapíti da área do alto Xingu, no Brasil Central, onde, por incumbência do Museu Nacional, do Rio de Janeiro, fez um levantamento sistemático de problemas antropológicos relativos àquelas tribos indígenas.

A bibliografia da sua tese de docência é bastante modesta e desigual. Com exceção de Evans Pritchard (*The Nuer*), de Graebner (*Das Weltbild des Primitiven Menschen)*, de Linton (*The Cultural Background of Personality*), de Malinowski (só *A Scientific Theory of Culture and Other Essays*, de Radcliffe-Brown ("Religion and Society"), todas as outras referências, num total superior a 50, são de fontes históricas e de trabalhos estritamente etnográficos.

De qualquer modo, a *Mitologia Heróica* e os *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani* são hoje referências obrigatórias. Estão incluídos na "Bibliografia Etnólogica Básica Tupi-Guarani" de Eduardo B. Viveiros de Castro (*Revista de Antropologia* 27/28, 1984/1985), e nas bibliografias de Julio Cezar Melatti (*Índios do Brasil*) e de Roque de Barros Laraia (*Tupi: Índios do Brasil Atual*).

A cátedra Egon Schaden conquistaria depois de vinte e dois anos de ensino na FFCL da USP. No seu memorial para o concurso, com vinte e

cinco páginas, apresenta provas de uma dedicação exclusiva e intensa ao trabalho acadêmico — pesquisas, participação em congressos, conferências, desempenho de encargos profissionais, traduções de obras de autores alemães sobre a etnologia brasileira. No momento do concurso já podia arrolar mais de sessenta trabalhos publicados. Não tinha concorrentes. A banca examinadora que o consagrou era composta por Ary França, Sérgio Buarque de Holanda, Eduardo Galvão, Fernando Altenfelder e Loureiro Fernandes. A tese tinha por título *Aculturação Indígena — Ensaio sobre Fatores e Tendências da Mudança Cultural de Tribos Índias em Contato com o Mundo dos Brancos*. Publicada pela primeira vez na sua *Revista de Antropologia* (13 [1-2], 1965), teve uma segunda edição lançada pela Pioneira/EDUSP em 1959.

Note-se que *aculturação* — e/ou *assimilação* — tornara-se entre nós uma *problemática obrigatória* (Bourdieu), nas décadas de 40 a 60. Era tão impositiva essa categoria como instrumento de apreensão dos fenômenos resultantes dos contatos interétnicos que praticamente todos os sociólogos e antropólogos, de uma forma ou de outra, a utilizavam. Mesmo os que se insurgiam contra a predominância dessa problemática entravam no debate. É o caso de Guerreiro Ramos, que representou o dissenso, na época. Afirmou ele que as problemáticas da assimilação, acomodação, conflito, isolamento e contato tinham uma relevância incontestável nos Estados Unidos, como decorrência das suas particularidades históricas, inclusive as mais recentes, mas que no Brasil essa relevância não existia de fato. Era imposta pelos autores norte-americanos consagrados e, portanto, de algum modo consagradores (v. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, 1957; *A Redução Sociológica*, 2ª ed., 1965).

Uma apreciação da bibliografia de E. Willems em *Assimilação e Populações Marginais no Brasil* (1940) revela uma apreciável quantidade de títulos da década de vinte, ou primórdios de trinta, de cunho nacional norte americano: *Theories of Americanization*, Berkson, 1920; *Imigration and Assimilation*, Ducan, 1933; *Aspects of Americanization*, Bierstadt, 1922; *Immigration and Americanization*, Davis e Schwartz, 1920, e muitos outros do mesmo gênero.

A problemática da aculturação perdurou um bom tempo e teve várias recorrências. Quase no fim da década de sessenta, Schaden voltaria a ela. Aproveitou a realização do *II Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros* (Recife, 1968), para fazer uma apreciação dos trabalhos já realizados e propor

diretrizes para novas pesquisas. "O Estudo Sócio-Antropológico de Aculturação dos Alemães no Brasil", apresentado ao *Colóquio*, veio a ser publicado em 1973 (Recife: UFPE, Ed. Universitária, p. 153-169).

Com lançamento do livro *Homem, Cultura e Sociedade no Brasil — Seleções da Revista de Antropologia* (Petrópolis: Vozes, 1972) Schaden, que já atuara como único seletor da matéria publicada na sua revista, opera uma segunda seleção sobre o já publicado, para compor esse volume. O livro reproduz textos sobre "Populações indígenas" (9), "Populações afro-brasileiras" (2), "Populações rurais" (4) e sobre "Populações de imigrantes" (4). Segundo a sua percepção, a ausência de estudos "sobre a vida urbana brasileira se explica pelo fato de ser o seu estudo empreendido geralmente por ecomomistas ou por pesquisadores que o realizaram em perspectiva sociológica" (Nota Preliminar, p. 6). Essa coletânea, pela própria origem, surgiu desprovida de atualidade.

Egon Schaden foi um trabalhador intelectual de força incomum — além do ensino em nível médio e superior, absorventes e com remuneração baixa na época, ainda encontrou tempo para fazer traduções de vulto. Não fosse ele e os etnólogos brasileiros jamais teriam tido a oportunidade de ler os fundadores alemães da nossa etnologia indígena — Karl von den Steinen, Ehrenreich, Fritz Krause. E não foram traduções bem remuneradas, para grandes editoras, e sim para publicações oficiais (*Revista do Arquivo Municipal*, *Revista do Museu Paulista*). É bom lembrar que o livro de von den Steinen, *Entre os aborígenes do Brasil Central* (São Paulo: Dept° de Cultura, 1940), tem mais de setecentas páginas, e a tradução é reconhecidamente excelente.

É preciso lembrar ainda que, durante muitos anos da sua carreira, as possibilidades de financiamento de pesquisas eram mínimas. Não existiam nem o CNPq, nem a CAPES, nem a FAPESP, e, quando esses órgãos começaram a atuar, as suas bolsas e auxílios generosos raramente contemplavam as ciências humanas. As faculdades de Filosofia, por sua vez, impunham um predomínio absoluto do ensino. O lugar do professor era na sala de aula — para pesquisas, nem tempo, nem dinheiro.

A relação provavelmente completa das publicações de Egon Schaden e todos os dados da sua trajetória podem ser encontrados na introdução ao

volume 4 da série "Ensaios", do Museu Paulista (1981), publicado em sua homenagem, e que teve como organizadoras Thekla Hartmann e Vera Penteado Coelho.

Profissionalmente fomos coetâneos, e as nossas posições no campo intelectual mais ou menos simétricas, daí serem regulares os nossos encontros, sem que deles, no entanto, emergisse qualquer forma de intimidade. A sua postura tinha muito de magistral, distanciada. Não deve ter sido o ensino superior, mas sim o médio, no qual militou por muitos anos, o ambiente modelador da sua aparência. Erudito, escritor de estilo direto, seco, gramaticalmente correto, nem na escrita, nem na fala, fazia qualquer esforço para ser simplesmente agrádavel. O seu lugar na história da antropologia no Brasil está assegurado — pela posição que conquistou na academia, pela produção intelectual volumosa e diversificada, pela presença marcante nos eventos do seu tempo de magistério.